

30

entrevista

Francisco de Sousa da Câmara, Prémio Impostos

“Legisla-se muito e legisla-se mal”

Sócio da MLGTS, Francisco de Sousa da Câmara diz que precisamos de menos leis mas de melhores leis e de travar o constante aumento da carga fiscal. Sobre a sua área de especialidade, o direito fiscal, diz que o “diagnóstico está feito” e basta “pôr mãos à obra”.

Com o OE/2011 haverá um claro aumento da carga fiscal. Atingimos o limite?

Quer abrir a entrevista com uma pergunta provocatória ou retórica?... Todas as famílias, empresas ou grupos de empresas sentirão bem na pele a subida dos impostos; aumentam tanto os impostos directos (IRS e IRC), como os indirectos (IVA, à cabeça) e todos os outros independentemente das classificações. Não há uma estratégia nem uma definição de prioridades. Para arrecadar receita atira-se a tudo numa suposta lógica de equidade. Mas, custa ver fazê-lo sem critério acertado. Mais grave, este incontinente aumento de impostos poderá vir a ser responsável pela diminuição de receitas - como explica a curva de Laffer - e por uma crise social e empresarial mais profunda.

Há alternativa?

Acresce que não se vê solução para cobrir o nível da despesa pública e equilibrar as finanças

“Este incontinente aumento de impostos poderá vir a ser responsável pela diminuição de receitas”.

de forma estável e duradoura. Para além da pressão fiscal e do nível de esforço que se pede aos portugueses ao nível fiscal, não há estratégia económica nem coragem política para tomar medidas mais duras de corte na despesa. O presente acaba por reflectir a falta de coragem do passado. Infelizmente, prevejo que amanhã ainda virão os despedimentos...

Os tribunais fiscais e administrativos continuam a ser um claro bloqueio. Como se inverte isto?

O diagnóstico para tratar a justiça tributária está feito há muitos anos. Basta pôr mãos à obra. Começo pelo mais fácil de executar: antes de mais, seria conveniente termos mais e melhores juízes tributários - com especialização, recorrendo se necessário a peritos; depois, seria bom que a administração fiscal fosse capaz de esclarecer os contribuintes com rapidez (prevenindo contencioso futuro), dando-lhes também respostas às reclamações/recursos hierárquicos, de modo a evitar que inundem os tribunais (i.e. que funcionem verdadeira-





FOTO PAULA NUNES

mente como um filtro pré-concencioso); e, 'last but not least', é fundamental parar a hemorragia tributária - a lei fiscal tem de ser mais estável e menos ambígua. Legisla-se muito, legisla-se mal...

Faz sentido todos os anos, por exemplo, o País deparar-se com alterações de vários impostos?

Não! Nem faz sentido nem é útil para o País. É evidente que há pequenas correcções a fazer ou novas opções a tomar em relação a um ou outro aspecto, mas as alterações que se sucedem e até se atropelam são manifestamente contraproducentes.

Concorda com a medida que vem agravar os impostos que passarão a ser pagos por grandes operações de compra como é o caso da venda da Vivo à Telefónica?

Os impostos sobre as grandes operações de reestruturação constituem, em geral, um obstáculo à sua realização. É por isso que no espaço europeu se criaram regimes de neutralidade que não impedissem o crescimento dos grupos de empresas e as respectivas reorganizações societárias. O aumento da tributação do capital e dos dividendos e a dupla ou múltipla tributação sobre a mesma realidade económica parecem-me medidas erradas, que contribuem para reduzir a competitividade das empresas portuguesas e têm fim à vista. Como é natural, quando se mudarem os tempos, mudam-se as vontades...

Na foto:

Francisco Sousa da Câmara foi fotografado na MLGTS, situada na Avenida Castilho, em Lisboa.

Numa economia aberta como a nossa o peso excessivo da carga fiscal acaba por travar o crescimento económico. Sente essa preocupação por parte dos seus clientes?

Por incrível que pareça, quase todas as empresas, independentemente do seu sector de actividade, manifestam essa preocupação. Receio que o agravamento desmesurado dos impostos venha a ter efeitos negativos sobre o consumo, a poupança, os investimentos e o próprio emprego... Por outro lado, com o agravamento da crise económica será preciso mais coragem para aliviar a pressão dos impostos. Entretanto, várias empresas e quadros partem para novos rumos... Longe vão os tempos em que a volatilidade era só atribuída ao capital.

Qual é o principal problema que enfrenta quando lida com a máquina fiscal?

A falta de respostas céleres. Mas, justificam-se duas notas adicionais. A administração fiscal melhorou muitíssimo no tratamento da informação e no combate à evasão fiscal. E este é um aspecto crucial em que demos um salto em frente. Infelizmente, hoje, há também medo de assumir responsabilidades (e.g. deferir pedidos que a elementar justiça tributária reclama, com receio de ser acusado de favorecimento) e um tratamento massificado, tantas vezes motivado pelos próprios meios informáticos. Ao invés de ser tratado como um bom cidadão e um cliente a estimar, o contribuinte é visto com desconfiança e muitas vezes nem sequer tem interlocutor adequado... Há que inverter ou, pelo menos, alterar este paradigma... **Q**